

Educação ambiental e extensão rural no Estado do Rio Grande do Sul

Luciana B. Turchielo*
Hugo A. G. Vela**

Resumo

Entre os múltiplos aspectos emergentes para serem estudados na temática que envolve a Extensão Rural e a Educação Ambiental, este estudo optou por analisar as percepções de Educação Ambiental entre os extensionistas rurais da EMATER/RS, como o objeto de estudo para análise. Para tal, utilizou-se como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa, e, na análise e interpretação dos dados, a técnica da análise de conteúdo. Foi possível fazer algumas apreciações sobre as percepções de educação ambiental dos extensionistas rurais, e verificar a necessidade de elaboração de um programa de educação ambiental para a instituição que promova análises críticas sobre as questões ambientais, como também o rompimento de ações isoladas e descontínuas, com a realização de um trabalho interdisciplinar e integrado.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Extensão Rural, percepções, desenvolvimento sustentável.

Abstract

Among the various emergent aspects to be studied within the issues involving Rural Extension and Environmental Education, this study analyzes the perceptions of Environmental Education among the rural extensionists of EMATER/RS, as object of study for analysis. For this purpose, the methodological approach is the qualitative research and, for the analysis and interpretation of data the technique of content analysis was employed. It was possible to make some remarks on the perceptions of environmental education of rural extensionists and to verify the need of establishing a program of environmental education for the institution, that is able to promote critical analyses on environmental matters, as well as the disruption of isolated and discontinuous actions, and the accomplishment of an integrated and interdisciplinary work.

Key-words: Environmental Education, Rural Extension, perceptions, sustainable development.

* Pedagoga, Mestre em Extensão Rural/UFSM e professora da Faculdade de Itaituba –FAI/PA.

** Prof.Dr. Coordenador do Curso de Pós-graduação em Extensão Rural/UFSM. Delegado Assessor na Associação de Universidades Grupo Montevideu – UFSM/Santa Maria/RS.

1 – INTRODUÇÃO

O presente texto é o resultado de uma pesquisa que procurou compreender e interpretar as percepções de Educação Ambiental entre os extensionistas rurais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Estado do Rio Grande do Sul, na complexidade de suas atividades, tendo como localização geoespacial e política a região do Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE/Centro, situada na região central do estado do Rio Grande do Sul, constituída atualmente por 35 municípios de pequeno e médio porte.

Em termos metodológicos, seguiu-se a abordagem da pesquisa qualitativa descrita por Ludke e André (1986), considerada como uma investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções. Sobre esta base, na interpretação dos dados, valoriza-se a compreensão e a explicação da realidade objetiva. Na combinação adequada para tal interpretação, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, que consiste em extrair os momentos mais importantes e buscar o sentido contido no conteúdo das definições dadas pelos sujeitos de investigação sobre o assunto em si, de maneira a compreender os elementos presentes e ausentes em suas mensagens. Essa técnica permite uma descrição exata das características relevantes do conteúdo, do assunto ou problema de pesquisa.

Por tais razões, como instrumento de coleta de dados, foi aplicado um questionário com perguntas do tipo abertas. O questionário foi enviado aos 35 municípios da região do COREDE/Centro do estado, dirigido a 68 extensionistas. Retornaram 56 questionários, procedentes de 31 municípios. Este número, em termos percentuais, representa uma amostra de 50% dos extensionistas rurais que atuam diretamente em campo. Portanto, 56 equivalem a 100% da amostra, que foi constituída por 23 extensionistas sociais e 33 extensionistas rurais. Consideramos uma amostra representativa, demonstrada pela sua distribuição. Os municípios da região central do estado contam com um atendimento médio de 3,2 extensionistas por município, sendo que o município de Santa Maria é o que tem o **maior número (7) de extensionistas atuando, respectivamente, os**

municípios de Santiago e Cachoeira do Sul, com 6 extensionistas.

Os demais têm de um a quatro, conforme a área do município e número de agricultores beneficiados pelo atendimento.

Não temos a pretensão de entrar na controvérsia quantitativo X qualitativo, mas apenas mostrar que, em contextos geográficos extensos e altos custos para a pesquisa, a combinação associada a uma triangulação que permita elucidar da forma mais objetiva possível o objeto de investigação produz interessantes resultados, como os que se apresentam a seguir, embora antes convenha esclarecer alguns conceitos e idéias utilizadas no contexto teórico do trabalho, começando pelo que se entende por extensão rural.

2 – O QUE SE ENTENDE POR EXTENSÃO RURAL

A Extensão Rural é uma atividade que já completou 100 anos. Nesse período, houve grandes discussões e falta de consenso para sua definição. Contudo, um aspecto possui em comum a maioria dos autores, o de que se trata **de um processo educativo não-formal com vistas a uma melhoria da família rural nos seus diferentes aspectos, sociais, econômicos, tecnológicos, educativos, culturais**, e, atualmente agregou-se a palavra ambientais. Nesse século de existência, é obvio que a mesma não permaneceu estática. Sua concepção educacional mudou conforme o contexto histórico e as diferentes conjunturas, pois, na sua estrutura institucional, a mesma sempre representou os interesses do Estado, sob diferentes perspectivas.

No livro **Extensão Rural no Mercosul** (1999), Vela et alii sintetizam, no primeiro capítulo, a história dos modelos de Extensão Rural na América Latina, mostrando os pressupostos da visão educativa, entre os principais estão o de: **Difusão de Inovações e o Da Mudança Estrutural**. No Brasil atual, fala-se no modelo **Agroambiental**. Nessa nova concepção, a Educação Ambiental tem um papel fundamental.

Brevemente, poder-se-ia dizer que o modelo de **Difusão de Inovações** consistia em entender a educação como um meio para a adoção de tecnologias. O trabalho educativo da extensão rural no Brasil, em sua introdução, teve como principal propósito o de difundir tecnologia importada através de uma

metodologia que preconizava o desenvolvimento social e econômico do meio rural.

O objeto principal deste modelo é a tecnologia a ser difundida ao agricultor, visando aumentar a produtividade e a produção de seus cultivos e criações. O extensionista acaba sendo o educador não-formal ou agente de mudanças tecnológicas, vendendo tecnologias para os agricultores, demonstrando e ensinando como deve ser feita a sua utilização. Com tais pressupostos, o enfoque do trabalho extensionista é sobre o produto, sendo que a mensagem a ser difundida envolve sempre uma tecnologia a ser utilizada para aumentar a produção e a produtividade de um determinado produto. A ausência do trabalho associativo e grupal é uma característica marcante dessa perspectiva. As recomendações geralmente são individualizadas conforme as particularidades de cada produtor e de cada propriedade, não interessando o trabalho grupal.

Nesse contexto, os indicadores utilizados para avaliar o sucesso e eficácia do trabalho educativo do extensionista resumem-se ao número de agricultores que adotaram as tecnologias propostas.

O **Modelo da Mudança Estrutural** surge como contraposição ao modelo de Difusão, sem desmerecer a tecnologia. A técnica e a tecnologia são importantes no conjunto do trabalho de extensão, mas a conscientização dos atores rurais adquire um caráter vital. A tarefa do educador-extensionista é a de problematizar, junto aos educandos, o conteúdo que os mediatiza, a difusão que adotarão. Portanto, a técnica não aparece por casualidade, esta e a ciência são uma aplicação prática que se encontra condicionada por fatores histórico-sociais. Não há técnica neutra. Portanto, os agricultores devem ser atores ativos no conjunto do desenvolvimento rural.

Nesse contexto, o extensionista rural deverá passar a entender o “público” como sujeito da história, respeitando e potencializando sua cultura e seus conhecimentos, favorecendo a ação participativa do grupo familiar e da “comunidade”, em detrimento ao paternalismo e às soluções prontas do difusionismo. Nesse sentido, a conscientização – educação dos sujeitos agricultores deve ser no sentido, não da adoção de uma técnica para produzir algo, mas para a tomada de consciência sobre sua

vida, sua realidade e a sociedade envolvente, produzindo-se, assim, uma mudança estrutural para o desenvolvimento rural.

O trabalho do extensionista, dizia Paulo Freire (1992), é tentar, simultaneamente com a capacidade técnica, superar a percepção mágica da realidade. Esta substituição dos procedimentos empíricos por técnicas elaboradas é um problema antropológico, epistemológico e estrutural. Nesse sentido, não pode ser resolvido pela simples transmissão de conhecimentos. Não é possível ao extensionista educador tentar mudança nas atitudes dos camponeses em relação aos aspectos sociais, políticos e econômicos, e nem ignorar os conhecimentos dos agricultores sem conhecer a sua visão de mundo.

A proposta **Agroecológica** no Brasil atual apropria-se das idéias de Paulo Freire, e a Mudança Estrutural, da tecnologia agroambiental, que pretende utilizar a Educação Ambiental para uma educação problematizadora e conscientizadora do atores sociais rurais. Contesta o Modelo de Difusão, muito embora ele mesmo torne-se uma inovação a ser difundida. Essa concepção está presente nos últimos anos na EMATER/RS. Abordaremos a proposta da EMATER RS para a Extensão Agroecológica entre os próximos itens, esclarecendo antes o que se entende por Educação Ambiental.

3 – O QUE SE ENTENDE POR EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No livro **Educação Ambiental: A Utopia Possível**, Vela e Amaral (2002), especialmente no capítulo IV, realizam uma sistematização dos conceitos de Educação Ambiental dados pela perspectiva oficial, não oficial, e intelectuais livres. Essa síntese mostra que entre uns e outros autores, coletivos ou individuais, a educação ambiental é conceituada como *uma educação não-cristã ou budista, mas holística, que procure o equilíbrio, como uma grande ferramenta mundial, o caminho (único para alguns) que leve ao desenvolvimento de novos valores, como uma lição de sobrevivência, é o próprio processo histórico.*

É um processo de criação de saberes, de conscientização e aquisição de um novo comportamento frente ao meio ambiente...que proporcione relações mais fraternas e justas dos humanos entre si, e com as demais espécies e a natureza.

Um sistema educativo que envolve as questões ambientais, difundido e implantado em todos os níveis de ensino, para jovens, adultos e crianças, e para o público em geral, a fim de formar uma opinião crítica sobre o global, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

É esse sistema de educação que levará à sociedade ideal, sustentável, procurada pelos setores oficiais, não-oficiais e intelectuais livres no atual mundo globalizado, daí a razão de ser uma utopia possível, segundo os autores. Essa perspectiva encontra-se no âmago dos documentos resultantes das grandes conferências mundiais sobre educação ambiental, como também em resultados de encontros e seminários de caráter nacional, regional e local dos diferentes países do mundo. Sua aplicação prática, no entanto, é um processo bastante recente, e com poucos, ou nenhum, processos de avaliação de resultados nos diferentes contextos. Contudo, poder-se-ia dizer que se avaliarmos a partir dos resultados obtidos com a aceitação da implementação de tal tipo de educação por mais de 150 países no mundo, o primeiro passo está dado.

Entretanto, mesmo na concordância, existe a diferença e, na pretendida unidade entre os setores oficiais nacionais e internacionais e intelectuais livres, observam-se duas propostas para sua execução: uma perspectiva chamada pelos críticos de **Conservacionista**, e uma outra de **Socioambiental**. Entre o interesse coletivo e a necessidade da preservação do meio ambiente não há diferenças, a diferença estaria na práxis e os objetivos políticos e sociais que teria uma e outra.

A Perspectiva **Conservacionista** surgiu com força nos anos setenta, diante da visível degradação e poluição do meio ambiente. Com a argumentação da contaminação e diminuição dos recursos naturais, surgiram muitos projetos abordando essa problemática, priorizando uma ética baseada no conservadorismo e o retorno a valores das sociedades rurais. Para Medina et alii (2001), tal concepção de Educação Ambiental separa o “mundo construído” do “mundo natural”, de maneira que o ser humano não faz parte da natureza. Valoriza a natureza conservada, ou seja, intocada, e relaciona-se somente com os recursos naturais dos ecossistemas. Evitando a discussão das condições sociais políticas e econômicas da questão.

A educação não-formal é o meio mais utilizado para difundir os pressupostos, pregando que a natureza precisa ser preservada. Acredita-se que a formação individual dos sujeitos e as mudanças de comportamento em relação à natureza seriam suficientes para reverter os processos de degradação.

As ações e projetos têm um caráter preservacionista e conservacionista, e buscam sensibilizar e chamar a atenção pelo convencimento, orientando ações de sensibilização social e desenvolvendo campanhas educativas de curta e média duração através de cartilhas, bonés, brindes, etc., esperando que as pessoas mudem seus comportamentos e até, em alguns casos, recebam recompensas para tais atitudes.

A Perspectiva **Socioambiental** começou a ganhar força e expressividade a partir da Conferência Rio-92, quando acontecem avaliações parciais dos programas de Educação Ambiental desenvolvidos tanto em nível internacional como nacional, observando-se a necessidade de (re)construir essas práticas, com uma visão que fosse além das atividades e projetos conservacionistas e preservacionistas, que tivesse uma vertente clara "sociedade/ambiente/cultura" quanto à relação entre os seres humanos, e estes para com os recursos naturais.

A educação, nesta perspectiva, tem como princípio o caráter interdisciplinar, capaz de responder às necessidades sociais, com permanente orientação para o futuro, com a preocupação de construir valores e conhecimentos para a tomada de decisões adequadas à preservação do ambiente e da própria sociedade humana. O conceito de meio ambiente inserido reintegra o homem na natureza, e este é construído no processo histórico das inter-relações entre a sociedade e a natureza, com ênfase nas inter-relações dinâmicas, historicamente construídas, de intercâmbio e transformação entre as sociedades humanas e os ecossistemas.

Sobre essa base, tal perspectiva sustenta que a sociedade atual é o produto do processo da evolução histórica da humanidade. Gonçalves (2000) salienta que não se pode culpar a sociedade, em seu conjunto, pela degradação e poluição ambiental, mas o estilo de desenvolvimento dominante adotado que produziu o esgotamento dos recursos naturais e a exploração do homem pelo próprio homem. Os problemas ambientais não

são vistos como catástrofes inevitáveis, mas como problemas sociais que colocam novos desafios ao conhecimento científico, e limites ao próprio homem, na medida em que ameaça a sua sobrevivência como espécie.

Nesse contexto, ***o que parece ser interessante*** – para Vela e Pereira (2000, p. 16) – ***para além das ideologias, é a possibilidade que oferece uma educação voltada para o ambiente como base para a reestruturação do sistema produtivo e melhoria nas relações sociais. Para a formação do homo ecólogo, aquele capaz de compreender as necessidades de expansão e sobrevivência da espécie humana em sustentabilidade com o ambiente natural, não por crenças ideológicas ou religiosas, mas pela sua consciência e conhecimento.*** Desse e do mundo social, político, econômico e cultural que o rodeia.

Assim sendo, apresentam-se a seguir os resultados obtidos na pesquisa sobre as concepções de Educação Ambiental entre os extensionistas da região central do Estado do Rio Grande do Sul, não sem antes mostrar a proposta da EMATER/RS para a Educação Ambiental. Buscou-se fazer as correlações entre teoria e prática dos extensionistas, no sentido de conhecer e interpretar como estes atores sociais apreendem os conhecimentos da proposta da EMATER/RS, como a implementam e que desafios enfrentam. Enfim, que percepções tem sobre a Educação Ambiental na extensão rural.

4 – A PROPOSTA DA EMATER/RS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Como salientamos nos itens anteriores, e fica comprovado pelos documentos da EMATER/RS, em sua nova proposta de ação, existe efetivamente uma preocupação com o meio ambiente, a partir de uma base agroecológica, que sustenta ações a serem desenvolvidas no contexto da Educação Ambiental. Neste sentido, não existe um documento específico da EMATER/RS a respeito da prática da Educação Ambiental a ser exercida pelos seus funcionários. Entretanto, a mesma encontra-se diluída e explicitada nos diversos documentos que definem o que a empresa denomina de nova extensão rural.

Sobre essa base, o que denominamos a seguir de proposta da EMATER/RS para a Educação Ambiental para a Agroecologia

como eixo do desenvolvimento rural sustentável, foi construída a partir dos documentos oficiais da empresa citados na bibliografia, CO.

A partir dos apontamentos que define duas concepções distintas sobre modelos de Extensão Rural descritas por Caporal e Costabeber, EMATER/RS, 2002, a EMATER/RS justifica sua opção por uma extensão rural agroecológica, que pode ser definida “como processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseados em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social, mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levam a incidir conscientemente sobre a realidade” (idem).

A Educação ambiental está evidenciada na proposta da EMATER/RS na concepção da extensão rural agroecológica. Essa orientação conceitual, dirigida à prática dos extensionistas, traz duas concepções distintas sobre a compreensão de meio ambiente e educação na extensão rural.

5 – O ENTENDIMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO SOBRE O QUE SEJA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Muitos estudos e pesquisadores já tiveram a preocupação em conceituar e definir do que se trata a Educação Ambiental. Houve um significativo avanço em sua conceituação, de algo que tratavam dos aspectos ambientais, para, atualmente, algo mais abrangente como, por exemplo, a inclusão das questões sociais, políticas e culturais. São muitos os conceitos e os múltiplos elementos citados. Esses, segundo as visões dos órgãos oficiais e não-oficiais, ONGs e de autores contemporâneos que a cada dia somam-se nessa área.

Neste contexto, a definição pessoal de Educação Ambiental que os extensionistas expressam através dos dados coletados logo deixa perceber que eles têm familiaridade com o assunto. Não diferenciando dos conceitos das grandes conferências internacionais, cada extensionista procurou colocar seus princípios e valores, como também sua concepção de educação, não existindo uma divisão entre as extensionistas sociais (mulheres) e os extensionistas rurais (homens) sobre o

entendimento do que seja Educação Ambiental. Isto reflete a política de formação profissional da empresa e as orientações, havendo, portanto, unidade dentro do grupo.

As palavras-chaves utilizadas para a construção da definição de Educação Ambiental e que expressam o entendimento do conceito, de acordo com a análise de conteúdo são: – “*preservação e conservação do meio ambiente*” com 51,52% das extensionistas rurais e 52,18% das extensionistas sociais; – “*envolve a conscientização das pessoas*”, e – “*processo de relações entre homem/natureza*”.

A compreensão desse conceito, para vários extensionistas, ainda passa por uma visão que Reigota (1995) denomina de naturalista, ao descrever elementos bióticos que compõem o meio ambiente. Nas respostas a seguir, observamos que, nas percepções de Educação Ambiental por parte dos extensionistas, não estão incorporados conteúdos conceituais mais abrangentes e complexos, que agreguem as relações sociais, somente elementos tais, como solo, água, plantio, lixo, etc.

Alguns aspectos são significativos para comentarmos entre as percepções dos extensionistas. Entre eles está a presença de um conceito que trata de uma Educação Ambiental “individualista”, ou seja, pregada através da corrente de que, se cada um na sociedade fizer sua parte, a situação no geral estaria resolvida. Nesta perspectiva, a Educação Ambiental tornar-se-ia a soma das partes (indivíduos), que, na soma total, resultaria na melhoria da sociedade. Não temos dúvidas de que o individual é importante para a concretização de um projeto de Educação Ambiental, porém, precisamos construí-la também na coletividade e na complexidade.

Para Carvalho (2001, p. 47): Uma outra idéia bastante recorrente, nessa perspectiva, é a de que, embora todos os grupos sociais devam ser educados para a conservação ambiental, as crianças são um grupo prioritário. As crianças representam aqui as gerações futuras em formação. Considerando que as crianças estão em fase de desenvolvimento cognitivo, supõe-se que nelas a consciência ambiental possa ser internalizada e traduzida em comportamentos, de forma mais bem sucedida do que nos adultos, que, já formados, possuem um repertório de hábitos e comportamentos cristalizados e de difícil reorientação.

Em várias falas, ficou evidente a pretensão de “educar crianças e jovens” para a conservação e preservação do meio ambiente, já que atualmente existe uma “descrença” que os adultos pouco poderão mudar seu modo de pensar e agir. Mas, por outro lado, ficamos naquela visão futurista e retiramos nossa responsabilidade em mudar. Será que nós, adultos, não ensinamos nossas crianças também pelo exemplo? E como nos relacionamos, nesse caso, seria preciso colocar as crianças em outra sociedade. Não somos contra pensarmos em outra educação para as crianças, já existem várias iniciativas nesse sentido, porém, é preciso tomar alguns cuidados com essa idéia.

A mudança “comportamental” é tida como meta principal para conseguir reverter o quadro de problemas que ameaçam a vida no planeta pela corrente da concepção preservacionista. Conforme define Carvalho (2001), a Educação Ambiental Comportamental é formada por uma matriz conceitual apoiada na psicopedagogia comportamental. Essa partilha de uma visão particular do que seja o processo educativo, a produção de conhecimentos e formação dos sujeitos. Isto significa considerar que o comportamento é uma totalidade capaz de expressar a vontade das pessoas. Essa visão está expressa no pensamento dos extensionistas estudados, conforme os dados a seguir:

Educação Ambiental, para mim, significa a mudança de comportamento do ser humano em relação a seus atos. Falar de Educação Ambiental sem mudar atitudes e comportamentos é perder tempo. Educação Ambiental significa preparar um mundo melhor para as próximas gerações. É preparar cabeças para respeitar o meio como um todo, integrando como parte e não como o senhor (homem) (extensionista 21).

Porém, entre os elementos citados, é interessante observar que os extensionistas reconhecem a interdependência entre o “equilíbrio ecológico” e a sobrevivência humana, mostrando sensibilidade para essa questão. Porém, segundo Quintas (2002, p. 21),

A concepção de que a questão ambiental diz respeito a relação homem-natureza não é suficiente para direcionar um processo de

análise e reflexão que permita a compreensão deste relacionamento em toda a sua complexidade. É necessário, ainda, assumir-se que a construção do conhecimento sobre essa relação se realiza sob ótica dos processos que ocorrem na sociedade. Isso significa que a chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura, ou seja, na esfera da totalidade da vida em sociedade.

Isso não significa negar que os conhecimentos técnico-científicos sobre os meio-natural-físico não sejam importantes para a compreensão da problemática ambiental. Neste sentido, é fundamental verificarmos as implicações das ações do homem no meio ambiente para o próprio meio e para o meio social. Afinal, são as práticas do meio social que determinam a natureza dos problemas ambientais que preocupam a humanidade. A frase de um extensionista que participou da pesquisa é significativa neste sentido: "é um trabalho que está empenhado em construir uma consciência entre as pessoas envolvidas, de forma a preservar o ambiente onde vivemos, de tal forma que a exploração feita para o sustento do homem seja controlada (extensionista 11)."

Entre esses profissionais, aparece uma definição mais abrangente de Educação Ambiental:

É um processo de intervenção de caráter educativo e transformador. Baseado em metodologias de intervenção participante que permitem o desenvolvimento de uma prática social, mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que levem a incidir conscientemente sobre a realidade (extensionista 36).

Tal definição de Educação Ambiental traz uma concepção de educação que a percebe como um projeto político-pedagógico conscientizador. É interessante observarmos que ocorre com certa freqüência, nos projetos e ações de Educação Ambiental, uma confusão conceitual, no sentido que se entende recursos pedagógicos como peça de teatro, cartazes, vídeos (que são instrumentos para desenvolver a Educação Ambiental), se realizados de forma isolada não formam nexos algum, não caracterizando efetivamente uma concepção pedagógica.

As percepções sobre a Educação Ambiental “conscientizadora” aparece em diversas oportunidades, conferindo à educação a tarefa de sensibilizar, introjetar e formar, nos indivíduos, indistintamente, a consciência que lhes possibilite a preservação do meio ambiente e a melhoria das relações entre homem/natureza.

Quando reivindicamos e acreditamos que a Educação Ambiental deva ser conscientizadora, compartilhamos de uma visão que essa educação seja capaz de formar sujeitos históricos e políticos, capazes de agir criticamente na sociedade. Neste sentido, não precisamos eleger determinados sujeitos ou grupos prioritários para serem os destinatários desta educação, no caso a ambiental, pois estamos todos inseridos numa conjuntura sociopolítica resultante de um universo de valores construídos social e historicamente, Carvalho (2001).

São diversos os fragmentos das definições que oferecem uma gama de aspectos para serem comentados e analisados, porém, essa análise deteve-se somente nos mais significativos e presentes. Como elemento ausente, faltou ênfase por parte dos extensionistas em evidenciar a Educação Ambiental como uma educação política dos cidadãos. Por mais que exista essa compreensão entre alguns, ficou ou foi ocultada.

6 – CORRELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EXTENSÃO RURAL

Os debates, durante os preparativos da realização da Rio-92, na mídia e mesmo em vários fóruns, tratavam em torno do desenvolvimento sustentável como uma esperança viva, estava-se construindo um consenso que uniria governos, empresários, movimentos ambientalistas, movimentos sociais e outros atores sociais em um grande projeto planetário para salvar a Terra. Na Agenda 21, estariam as propostas objetivando a implementação do Desenvolvimento Sustentável no mundo, seria a expressão concreta desse projeto, Quintas (1995).

De acordo com o mesmo autor, esse debate sobre meio ambiente e desenvolvimento obtém sucesso, no sentido que prevalece a idéia de que meio ambiente e desenvolvimento não são idéias mais contraditórias. Com a adoção de um estilo de

desenvolvimento sustentável, a humanidade teria encontrado o caminho para compatibilizar o desenvolvimento com a conservação ambiental, julgados, até então, inconciliáveis. Estava-se, assim, derrotando a tese do crescimento zero, defendida pelo Clube de Roma, e apresentando uma alternativa ao desastre ambiental planetário que estaria se avizinhando.

As palavras Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável atualmente são conceitos, propostas, idéias e temas em construção, e, provavelmente, nunca possuirão uma definição acabada e aceita por todos, até mesmo pela natureza dinâmica de ambos em diferentes contextos sociais e políticos.

Para Gomes (2000), o desenvolvimento sustentável é o carro chefe da estratégia de institucionalização da problemática ambiental. Mais importante ainda é sublinhar que esse modelo de desenvolvimento inspira hoje as mais variadas apropriações sobre seu significado, indo desde aquelas que, na disputa política por esta definição, defendem um claro predomínio de interesses econômicos no que deva ser o conceito e a prática de sustentabilidade, até os que, em sua posição ideológica, defendem o meio ambiente como prática de justiça social.

Entre os muitos entendimentos a respeito de desenvolvimento sustentável, podemos dizer que esse requer a determinação de novas prioridades pela sociedade, uma nova ética do comportamento humano e uma recuperação do primado dos interesses sociais, coletivos. O desenvolvimento sustentável engloba um conjunto de mudanças-chaves na estrutura de produção e consumo, invertendo o quadro de degradação ambiental e miséria social a partir de suas causas, Gonçalves (2000).

Neste sentido, Reigota (1995, p.45) vai além, dizendo que “a educação visando o desenvolvimento sustentável se fundamenta principalmente nos aspectos socioéticos, e não nos produtivos e econômicos, sendo estes dois últimos subordinados aos dois primeiros”.

Sobre as percepções, os extensionistas salientam a necessidade de romper com ações isoladas nos trabalhos de extensão rural e o desenvolvimento rural sustentável, e citam como exemplo que “o produtor precisa entender que sua propriedade não é individual, e, portanto, as atividades

realizadas ali precisam ser planejadas em conjunto com vizinhos e/ou na microbacia da região" (extensionista 15). Pois a sustentabilidade passa pela manutenção e melhoria das atividades produtivas nas áreas econômica, social e ambiental.

Através das respostas dos extensionistas, a sustentabilidade não acontecerá por decreto, por lei ou somente por vontade política de governantes. Esse modelo de desenvolvimento, para ser alcançado e construído, passa por cidadania, educação, cultura, justiça social, qualidade de vida. Pois, assim, a sustentabilidade precisa ser um projeto de sociedade alicerçado na consciência crítica de que existe um propósito estratégico a ser construído através das seguintes questões: sustentabilidade de quê? para quem? quando? onde? por quê? por quanto tempo?

No que concerne à totalidade dos conhecimentos desses profissionais sobre o entendimento de desenvolvimento sustentável, houve um grupo com dificuldades em expressar essa definição. Utilizaram-se de palavras isoladas e com sentido difuso, ficando difícil a compreensão de sua mensagem.

Porém, os extensionistas foram unânimes em dizer que a promoção da Educação Ambiental é uma condição essencial para atingirmos o desenvolvimento sustentável, atribuindo a essa relação a possibilidade de construção de ações ambientais e socioeconômicas que viabilizem qualidade de vida para as pessoas.

O trabalho de Educação Ambiental, do ponto de vista dos extensionistas, acontece no sentido de buscar desenvolver saberes, provocar questionamentos, buscando conhecer a realidade local e também outros saberes. Portanto, a extensão tem grandes desafios junto ao meio rural e pode ser através de: "- produção orgânica de alimentos, tanto vegetal como animal; diagnóstico rápido participativo que as comunidades participam dessa metodologia, onde elegem prioridades para seus desenvolvimentos" (extensionista social 15).

Os extensionistas dizem estar sensíveis e acreditam que esta proposta de Extensão Rural Agroecológica é o caminho viável para a minimização dos problemas ambientais e para a construção de um desenvolvimento rural sustentável. Porém, na visão desses, os agricultores ainda não estão o suficientemente conscientes para mudar o quadro existente.

Existe um consenso, por parte dos extensionistas, em acreditar e concordar com a missão da empresa no que se refere às questões ambientais. Também ficou bem caracterizado o conhecimento sobre as orientações e diretrizes para a viabilização dessas ações na prática, conforme declara um extensionista, ao dizer que "esse modelo de extensão rural em nossa prática tem nos trazido indicativo de que estamos construindo um novo modelo de desenvolvimento" (extensionista rural 32).

7 – CONCLUSÕES

Esta pesquisa buscou trazer a fotografia de um momento histórico, por meio de descrições e análises sobre a realidade em estudo, que é mais rica que os fragmentos e recortes apresentados neste trabalho, e tem outras dimensões, as quais não exploramos por não fazer parte dos objetivos do estudo.

Os pressupostos e objetivos da Educação Ambiental podem oferecer uma contribuição para melhorar a abordagem da prática educativa extensionista e nortear uma concepção de extensão rural comprometida com a transformação social e ambiental.

Neste contexto, evidenciaram-se iniciativas dos extensionistas e empreendimentos alternativos que estão colaborando para uma extensão rural empenhada em rever o atual quadro de degradação ambiental e social presentes nesse cenário do novo rural. Neste sentido, a instituição faz uma análise crítica de seu papel social para dar as respostas educativas adequadas às transformações dessa realidade e para a construção de um futuro com equidade e justiça social.

O que se verifica através da breve história da extensão rural aqui apresentada, em especial no Brasil, é que a existência do serviço de extensão rural, ao longo destes últimos cinqüenta anos, trouxe uma série de benefícios para o setor agrícola, como também cometeu falhas e crises nos serviços prestados. Assim, passou por várias avaliações e reestruturações em seu discurso e prática, procurando adaptar-se com as novas configurações e necessidades do rural brasileiro.

Nesse contexto, algumas apreciações sobre as percepções de educação ambiental entre os extensionistas da EMATER/RS na região do COREDE/centro:

- As definições elaboradas pelos extensionistas relatam uma aproximação com o tema em estudo, procurando seguir as orientações dos órgãos oficiais, e também apresentam um posicionamento baseado em valores pessoais.

- A predominância em associar a educação ambiental com a educação na gestão dos recursos naturais através de práticas preservacionistas e ao uso racional desses.

- Uma boa parcela dos extensionistas investigados não reconhece a educação ambiental como uma educação política dos cidadãos.

- Elegeu-se a educação de crianças e jovens como o grupo social privilegiado para se educar ambientalmente.

- A conscientização e a mudança comportamental são os objetivos principais para se alcançar em um projeto bem sucedido de educação ambiental no meio rural.

- Ênfase na prática de comportamentos e atitudes individuais, de modo que a soma desses resultaria na transformação do quadro geral.

- Muitas ações práticas e projetos estão acontecendo de forma isolada e descontínua, havendo necessidade, portanto, de um programa de educação ambiental claramente definido para a instituição.

- O projeto de educação ambiental dos extensionistas está em vivenciar a transição de um modelo de agricultura convencional para uma agricultura com base nos princípios da agroecologia.

- As metodologias utilizadas estão apoiadas em ações participativas e formação de parcerias.

- O desafio da prática extensionista está em sensibilizar as pessoas para a mudança de valores e comportamentos relativos à educação ambiental, pois os agricultores querem respostas imediatas, que privilegiem as questões econômicas sobre as ambientais.

- A questão ambiental tem influenciado as ações e projetos da EMATER/RS junto ao público beneficiário.

Sobre a questão ambiental, observamos, ainda hoje, uma forte tendência em se trabalhar o processo de educação ambiental como foco de prescrições de comportamentos e práticas "ecologicamente corretas", sem uma discussão aprofundada dos condicionamentos políticos, econômicos e socioculturais decorrentes do modo de produção vigente, e sem considerar, ainda, que a questão ambiental se coloca no âmbito das relações sociais e ambientais, como mediação dos diferentes interesses e conflitos em torno da apropriação e uso dos recursos naturais (Quintas, 2000). É preciso considerar que as pessoas são diferentes entre si, e, portanto, seu contato com as questões ambientais será também diferente.

Por outro lado, verifica-se que desenvolvimento sustentável depende da construção de novos paradigmas pessoais, governamentais e estruturais, de vontade política e de participação popular, caso contrário, permanece como uma construção teórica e utópica. A construção será um processo contínuo de transformações de valores em nossa sociedade. *"Construir novos paradigmas sociais envolve um novo tipo de ser humano, pois os princípios que norteiam a sustentabilidade ecológica impõem mudanças no comportamento humano em relação a padrões de consumo e valores pessoais, já que os humanos são o principal agente de degradação ambiental planetária"* (CAMARGO, 2000, p. 11).

Assim sendo, acreditamos que o modelo de extensão rural agroecológica adotado pela EMATER/RS, neste momento, seja coerente com as necessidades desta sociedade, pois são inúmeras as experiências bem sucedidas nessa linha de política agrícola que contempla a agricultura familiar e a agroecologia. Ele reforça seu caráter de serviço público, concentrando seus esforços em garantir serviços de qualidade e gratuitos para aquelas populações de pequenos agricultores, assentados, indígenas e pescadores.

O conhecimento da proposta de extensão rural entre os extensionistas da EMATER/RS esteve em constante processo de atualização, porque houve um significativo investimento em cursos de capacitação referente a conhecimentos técnicos e sobre a postura dos extensionistas enquanto educadores, e seus papéis como agentes da extensão rural. Neste sentido, as ações

de educação ambiental foram privilegiadas entre os extensionistas e o público beneficiário.

Certamente, existem muitas dificuldades nessa transição para uma nova proposta extensionista da EMATER/RS. São diversos os fatores (estruturais, políticos, econômicos e culturais) que limitam a prática dos extensionistas, que, apesar das boas intenções e dos esforços constantes para rever esse quadro, as significativas e desejáveis mudanças são lentas e gradativas, exigindo continuidade nos trabalhos e nos objetivos para essa transição no modelo da extensão rural.

São muitos os questionamentos abertos para futuras reflexões e contribuições de estudos nessa área, como: – Que concepção pedagógica sustentaria uma prática educativa de Educação Ambiental na extensão rural na complexidade de nosso cotidiano? – Quais as diferentes dimensões que contribuem decisivamente para o agravamento da crise ambiental no meio rural? – Será que todos os modos de vida do homem com a natureza (no caso das pessoas que vivem no campo) estão em xeque? – Quais seriam os novos problemas ambientais contemporâneos visíveis e simbólicos nesse novo rural? – Quem seriam os protagonistas desse processo histórico de reformulações nesse contexto? – Há o desafio de perceber e praticar a Educação Ambiental como mudança social?

Enfim, há muito que se pensar e construir na e sobre a Educação Ambiental na prática educativa da extensão rural.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, D. F. *Pró-RS por uma organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul*. Conselho Regional de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 1, 2002.

BRAGACIOLI NETO, A. (org.). *Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural*. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999.

CAMARGO, A. T. *O desenvolvimento sustentável e o direito ambiental*. Porto Alegre: Cadernos Socialistas, v. 3, 2000.

CAPORAL, F. R. *A Extensão Rural e os Limites à Prática dos Extensionistas do Serviço Público*. 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

CAPORAL, F. R & COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e desenvolvimento rural*

sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.

_____. *Agenda 2002*. EMATER, Porto Alegre, 2002.

CARVALHO, I. C. M. *Qual educação ambiental?* Elementos para um debate sobre Educação Ambiental e Extensão Rural. In: Revista da EMATER/RS, Porto Alegre, v. 2, n. 2, abr/jun., 2001, p. 43-51.

CARVALHO, I. C. M & BRAGACIOLI NETO, A. *Curso de Educação Ambiental em Rede*.

CD-ROM. Porto Alegre, EMATER/RS, 2001

COLOMBO, E. *A Contribuição e Proposta da Emater-RS, construindo o modelo Alternativo de Desenvolvimento Rural e Extensão Rural*. 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

EMATER/RS. *Relatório das atividades e ações/2001*. Escritório Regional, Santa Maria, 2001.

EMATER/RS. *Sustentabilidade e cidadania: módulo I – Anexo*. Curso em Desenvolvimento Rural Sustentável e Planejamento Municipal. Santa Maria, Nov., 1999. (Curso de Formação Técnico-Social da EMATER/RS).

FONSECA, M. L. **A Extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo, 1985.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. *Extensão ou comunicação*. 10ª. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

GOMES, P. M. **(Eco)Turismo: uma (Re)Leitura dos Discursos**. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

GONÇALVES, C. W. P. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. 4ª ed, São Paulo: Contexto, 1993.

GONÇALVES, C. W. P. *Um pouco de Filosofia no Meio Ambiente*. In: Pensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do meio ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: Ed.IBAMA, 2000.

LEITE, A. L. T. A; & MEDINA, N. M. *Educação Ambiental: curso básico a distância*. 5v. 2ª edição ampliada. Brasília: MMA, 2001.

LOUREIRO, F. B; LAYRARGUES, P. P; CASTRO, R. S (orgs.). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.

LUDKE, M & ANDRE; M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MEDINA, N. M; LEITE, A. L. T. A; SANTOS, E. C. *Educação Ambiental na educação formal*.

In: *Educação Ambiental: curso básico a distância*. 5v. 2ª edição ampliada. Brasília: MMA, 2001.

PARDO DÍAZ, A. *Educação Ambiental como projeto*. Trad. Fátima Murad. – 2. ed.-

Porto Alegre: Artmed, 2002.

QUINTAS, J. S. *Meio ambiente e cidadania*. Texto apresentado no Workshop sobre Comunicação e Mobilização Social, Universidade de Brasília, 1995.

_____. *Introdução à Gestão Ambiental*. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

QUINTAS, J. S. (org.). *Pensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do meio ambiente*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: Ed. IBAMA, 2000.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *O que é Educação Ambiental*. 3ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *A Floresta e a Escola: por uma educação Ambiental pós-moderna*. 2 ed.- São Paulo: Cortez, 2002.

ROSA, A. V. *Abordando as Relações Agricultura e Meio Ambiente no Ensino Formal, através da Educação Ambiental – considerações de um caso*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

SANTOS, J. E; & SATO, M. (orgs). *A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança da Pandora*. São Carlos, SP: RIMA Editora, 2001.

SILVA, P. F. **Estudo dos Rumos e Tendências Gerais das Instituições Públicas de Extensão Rural e os Desafios da sua Reestruturação em Santa Catarina**. 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

TURCHIELO, L. B. *Educação Ambiental e Universidade: uma projeção a partir da UFSM*. 2001. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

TURCHIELO, L. B. *Estudo das percepções de educação Ambiental entre os extensionistas rurais da EMATER/RS na região do COREDE/centro*. 2003. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

VELA, H. et alii. *A Extensão Rural no Mercosul*. Cruz Alta, Ed. UNICRUZ, 1998.

VELA, H. A. G. & PEREIRA, J. *Pensamento e Prática em Educação Ambiental*. Santa Maria. Universitária. 2000

VELA, H. A. G. & AMARAL, L. M. B. *Educação Ambiental: a utopia possível*. Cruz Alta: Centro Gráfico UNICRUZ, 2002.